

TIMOTHY J. LYNCH E ROBERT S. SINGH, AFTER BUSH – THE CASE FOR CONTINUITY IN AMERICAN FOREIGN POLICY

Cambridge, Cambridge University Press, 2008, 382 pp.

O argumento deste livro é, sem dúvida, polémico, num momento em que o mundo está encantado com a eleição de Barack Obama e ocupado a apontar as diferenças entre o novo Presidente e o seu antecessor. Timothy Lynch e Robert Singh (da Universidade de Londres) afirmam que a doutrina Bush não foi uma invenção do Presidente que a protagonizou. Foi, antes, a resposta lógica aos ataques do 11 de Setembro, informada pela «tradição da política externa norte-americana». A guerra contra o terrorismo, a que chamam II Guerra Fria, é o sucedâneo, com os devidos ajustes relacionados com a natureza do opositor, do conflito que opôs os Estados Unidos à URSS.

Partindo deste princípio, os autores salientam que as principais características da política externa americana desde o 11 de Setembro e os métodos para atingir um sistema internacional mais seguro não só foram uma constante durante a Guerra Fria como fazem parte das orientações externas dos Estados Unidos desde que são uma nação. Por outras palavras, quer a crença de que o carácter democrático dos estados é determinante para a estabilidade das relações internacionais (e que a primazia americana é a melhor forma de manter a paz) quer a certeza de que o ataque preventivo e a decapitação

de regimes tirânicos através de coligações de vontade são tácticas legítimas são conceitos que acompanham a política externa norte-americana há mais de 200 anos. Este argumento é assumidamente herdeiro de Robert Kagan, que tentou provar, em *Dangerous Nation*, que os Estados Unidos são naturalmente uma nação expansionista, apesar do carácter benigno da sua intervenção internacional.

A este argumento, Lynch e Singh impõem duas conclusões: primeira, independentemente do presidente que ocupar a Casa Branca, as características da política externa americana dos últimos anos manter-se-ão – são estruturais. Segunda, as coligações de vontade são uma forma eficaz de projectar poder, porque reúnem os estados de identidade anglo-saxónica (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Índia). Estes estados partilham o mesmo sistema de valores, o mesmo entendimento relativamente às necessidades de segurança, e a mesma vontade de fazer uso da força militar quando necessário. São aliados naturais e tenderão a manter a liderança do sistema, como se verifica desde a ascensão do Império Britânico.

Independentemente da inconsistência da tese – não existe uma tradição na política externa norte-americana, mas pelo menos três, e em permanente confronto –, Lynch e Singh levantam um debate cada vez mais relevante na literatura das relações internacionais: numa nova ordem internacional, como se definirão as fidelidades dos estados? Pela identidade política ou histórico-cultural? Pelo interesse nacional?

**DEREK CHOLLET E JAMES
GOLDGEIER, AMERICA BETWEEN THE
WARS – FROM 11/9 TO 9/11 – THE
MISUNDERSTOOD YEARS BETWEEN THE
FALL OF THE BERLIN WALL AND THE
START OF THE WAR ON TERROR**

Nova York, Public Affairs, 2008, 412 pp.

Charles Krauthammer, colunista do *Washington Post*, considerou que os doze anos que compreendem o derrube do Muro de Berlim e os atentados terroristas do 11 de Setembro foram «umas férias da história». Esta expressão designava a ausência de ameaças internacionais imediatas, o que teria dado aos decisores americanos um período de relativo descanso, dispensando-os de crises profundas ou decisões difíceis.

Quem ler *From 11/9 to 9/11*, de Derek Chollet (Universidade de Georgetown) e James Goldgeier (Universidade de George Washington), percebe que Krauthammer só em parte tinha razão: os anos 1990 foram essencialmente tempos de hesitação e experiência, em que os decisores, confrontados com um novo sistema internacional – unipolar – procuraram encontrar soluções de governação global num contexto para o qual não havia modelos na História.

Segundo os autores, desenharam-se duas grandes tendências. Uma foi a dificuldade de definir as novas regras de uso de poder. Sem amarras – constrangimentos provocados pelo equilíbrio de poder de outros estados – os Estados Unidos tiveram a oportunidade de transformar a ordem valorativa. O resultado foi, essencialmente, levantar mais questões do que encontrar respostas: ainda hoje se procura definir, por exemplo, um novo conceito

de legitimidade internacional. O antigo – o respeito pela soberania dos estados – está em crise devido às intervenções humanitárias levadas a cabo no período em apreço.

Outra tendência foi o desenvolvimento de uma maior vontade política de fazer uso da força militar por razões não relacionadas com a segurança imediata. Nos anos 1990, desenvolveram-se e acentuaram-se duas doutrinas – o liberalismo internacionalista e o neoconservadorismo – que tinham (e têm) em comum a ideia de expansão da democracia com a finalidade de obter, a prazo, um sistema internacional mais estável e pacífico. Liberais internacionalistas e neoconservadores desenvolveram a ideia de que os Estados Unidos podem (e devem, em certos casos) exercer o seu poder de transformar o mundo, pela força, se necessário. Simultaneamente, os conservadores («Contract Republicans») não foram capazes de fazer propostas suficientemente consistentes para se opor a esta abordagem mais interventiva que se desenhava em Washington, quer na Casa Branca, quer nos think tanks.

Os autores concluem realçando as semelhanças entre a Administração Clinton e a Administração W. Bush, no que respeita às ideias sobre o uso de poder e da força militar americana – «maiores do que a maioria dos americanos perceberam ou que os partidários de ambos os lados querem admitir». Se assim for, os anos 1990 não foram exactamente umas férias da História. Foram o início de uma história complexa cujo desfecho ainda está por construir.

**THOMAS E. RICKS, THE GAMBLE –
GENERAL PETRAEUS AND THE UNTOLD
STORY OF THE AMERICAN SURGE IN
IRAQ, 2006-2008**

Londres, Alan Lane, 2009, 394 pp.

Este magnífico relato de Thomas Ricks (correspondente do *Washington Post* no Pentágono e autor do muito aclamado *Fiasco*) sobre as origens e a execução da *surge* – a estratégia da contra-insurreição que mudou o rumo da Guerra do Iraque – demonstra uma realidade interessante. É que apesar de a estratégia ter sido desenhada para alterar o resultado do conflito em favor dos Estados Unidos, impôs uma mudança de mentalidade nas Forças Armadas norte-americanas.

Os péssimos resultados da Guerra do Iraque desde o fim da invasão até ao final de 2006 criaram condições para uma revisão profunda do pensamento militar norte-americano. Até aí, dominava a doutrina Powell constituída por quatro princípios: o uso maciço da força militar, que visava a limitação do tempo de permanência em ambiente de conflito; a definição de objectivos precisos; o abandono do cenário de guerra assim que os objectivos pré-definidos fossem atingidos. Procurava-se, sobretudo, evitar baixas americanas e manter a opinião pública a favor das decisões do poder político.

Se estas regras foram eficazes durante a Guerra Fria, tornaram-se obsoletas em cenários de conflito irregular. A aplicação da doutrina Powell depois da invasão ao Iraque – evitar a exposição dos soldados

americanos e usar poder massivo contra guerrilheiros irregulares – levou a que os norte-americanos se tornassem espectadores de uma «quase guerra civil» alimentada por milícias étnicas (sunitas e xiitas) e adversários externos – a Al-Qaeda e o Irão.

Sem soluções, a Casa Branca cedeu à implementação da *surge*, uma estratégia com muito poucos apoios no *establishment* político e militar. A «doutrina Petraeus» mais não é do que a aplicação de regras clássicas de contra-insurreição. Mas representa a inversão da ideia de uso de poder militar massivo: constitui-se da limitação dos objectivos políticos (a estabilidade em vez da democracia); do aumento dos meios humanos; e, principalmente, da protecção da população quer no que respeita à sua segurança, quer no que respeita à sua dignidade.

O que aconteceu no Iraque entre 2006 e 2008 foi a transformação da doutrina Powell na doutrina Petraeus. Já se sabe que o alcance dos resultados desta estratégia nunca poderá ser plenamente apreciado, uma vez que o Exército americano irá retirar, muito em breve, do Iraque. Fica por saber – é disso que se ocupa o último capítulo do livro – se os poderes político e militar (muito resistente) irão aceitar esta profunda mudança no conceito de fazer a guerra. Cabe à Administração Obama – que já anunciou uma nova *surge* no Afeganistão – sedimentar ou abandonar tão profunda transformação nos assuntos militares americanos.

**SIMON SCHAMA, THE AMERICAN
FUTURE: A HISTORY FROM THE
FOUNDING FATHERS TO BARACK OBAMA**

Londres, Vintage, 2009, 416 pp.

Por vezes, surge um autor que, sem querer imitar Alexis de Tocqueville, segue-lhe as pegadas. Não se fala aqui de igualar a importância e a qualidade da obra do visitante francês, trata-se de colocar a mesma pergunta que Tocqueville colocou: o que é que os Estados Unidos, o que é que a democracia e o sistema político americano têm que os diferenciam dos restantes estados? Muitas vezes, a resposta vem no formato de um livro muito marcado ideologicamente: ou é um relato de todas as falhas dos Estados Unidos ou um corolário de todas as suas virtudes. Este desequilíbrio torna esses trabalhos pouco interessantes e ainda menos informativos.

O recente livro de Simon Schama (Universidade de Columbia), *The American Future: A History* é invulgar neste aspecto. Em parte do livro, o historiador – um confesso entusiasta da América e um defensor convicto do Partido Democrata – demonstra uma preferência exacerbada por determinadas figuras históricas em detrimento de outras, distorcendo, até certo ponto, o papel que cada um desempenhou na história da concepção da América. Noutros momentos, Schama demonstra lucidez e mestria, especialmente no que respeita à caracterização de certos traços do ADN americano.

Estas diferenças encontram-se se compararmos primeiro e segundo capítulos, res-

pectivamente sobre a guerra e a religião. No primeiro, o autor caracteriza a América através do debate entre Jefferson e Hamilton, tomando como ponto de partida as concepções que cada um detém para West Point (a academia militar norte-americana por excelência). Jefferson preconiza um corpo militar de elite, em que os cadetes são treinados para a paz, para a reconstrução e para o desenvolvimento. Hamilton projecta uma força capaz de defender os interesses americanos no exterior, uma vez que, mais tarde ou mais cedo, seria necessário usar o poder militar para defender a República. Jefferson é caracterizado como o estadista ponderado, *lockiano*, fundador do ideal americano. Hamilton é o federalista imperialista, que prefere o poder à paz. É deste retrato distorcido – onde jogam «duas Américas», uma boa, outra má – que parte toda a análise do livro. Há, portanto, heróis e anti-heróis. E a América progride quando os heróis comandam as instituições.

Schama analisa ainda o sistema institucional americano através da liberdade religiosa, percebendo que a Primeira Emenda à Constituição proporcionou não só a separação de poder do Estado e da igreja como uma liberdade religiosa sem precedentes na História. Assim a América tornou-se um permanente diálogo entre a fé, a liberdade e a convicção e a tolerância. Em suma, o autor é preciso e tolerante com as instituições e menos justo com os protagonistas.

■ DIANA SOLLER